



## RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

### SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL

#### Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos por este meio apresentar o nosso relatório sobre a informação económica e financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021, do Município de Lagoa, incluída: no Balanço, que evidencia um total de ativo líquido de 124.248.881 euros e um total de Património Líquido de 119.522.093 euros, incluindo um resultado líquido de 173.400 euros, na Demonstração dos Resultados por natureza do período findo naquela data, e na Análise da Situação Financeira e da Execução Orçamental.

2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

3. Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões *mais relevantes*, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito.

#### Âmbito

4. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu essencialmente no acompanhamento da atividade da autarquia, tendo sido o trabalho suportado com base, nomeadamente, nos seguintes procedimentos:

- Análise de cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- Análise de rácios;



- Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira;
- Comparação dos valores orçamentados com os valores executados;
- Análise e teste de elementos de gastos e rendimentos registados no semestre;
- Análise e teste de elementos relevantes de ativos e passivos; e
- Análise de investimentos e desinvestimentos.

**5.** Relembramos que os procedimentos de auditoria atrás referidos e utilizados na revisão da informação semestral preparada pelo Município, não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais, não revestindo o presente relatório, a forma de uma certificação legal das contas. Não obstante existir esta limitação, os mesmos são desenhados de forma que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas, pelo que entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Realçamos a correta implementação do sistema contabilístico SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro) que tem funcionado dentro da normalidade.

### **Síntese das Conclusões sobre a Situação Económica e Financeira**

**6.** Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pela entidade para o efeito e o impacto que a pandemia COVID-19 continua a provocar na posição financeira do Município.

**6.1.** Posição Financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

*Como aspetos mais relevantes destacamos o seguinte:*

#### **Ao nível do Balanço:**

Verificaram-se as seguintes variações negativas relativamente ao período homólogo do ano anterior:



No *Ativo Líquido*, 2.233.164 euros, correspondente a uma diminuição de 1,8%;  
No *Património Líquido*, 1.713.804 euros, correspondente a uma diminuição de 1,4%;  
No *Resultado Líquido*, 32.935 euros, correspondente a 16%.

Tendo em consideração o nível de resultados verificados antes da pandemia COVID-19, podemos afirmar que face aos resultados alcançados até este período, que persiste o seu efeito negativo nos resultados do Município.

### **Ao Nível da Demonstração de Resultados:**

Os gastos operacionais registados durante o período semestral atingiram o montante de 13.075.840 euros. Relativamente ao período homólogo do ano anterior os mesmos atingiram o montante de 11.870.150 euros. Verificou-se assim, um aumento de 1.205.690 euros, que em termos relativos significa um aumento de cerca de 10,2%. Numa análise mais detalhada dos itens que compõem os gastos, salientamos os que mais contribuíram, ora positiva ora negativamente para aquela variação.

As rubricas de gastos, que em termos absolutos mais contribuíram para este acréscimo foram:

*Fornecimentos e Serviços Externos* com cerca de 676.286 euros; *Transferências e Subsídios Concedidos* com cerca de 274.847 euros. A diferença restante reparte-se pelas *despesas com pessoal* (+ 57.944 euros), *imparidade de dívidas a receber* (+87.011 euros) e *outros gastos* (+ 117.498 euros).

À semelhança do período homólogo do ano anterior as rubricas que mais contribuíram para o acréscimo de gestos foram os *Fornecimentos e Serviços Externos* e as *Transferências e Subsídios Concedidos*.

De realçar que apesar do aumento significativo das vendas, o seu custo relacionado reduziu, o que indica uma melhoria de eficiência na afetação dos recursos face às vendas.

O aparecimento da pandemia COVID-19 no final do 1º trimestre de 2020, que ainda se mantém neste período, estará na origem da evolução negativa das rubricas que contribuíram para a redução dos resultados operacionais do Município do 1º semestre de 2021.



Apesar dos resultados aquém do esperado, não está em causa o equilíbrio económico e financeiro do Município.

Verificámos o cumprimento do limite da dívida total, conforme disposto no n.º 1 do artigo 52.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro).

## **6.2. Execução Orçamental no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021**

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

### **Receitas**

#### **Receitas Correntes:**

O nível de execução das receitas correntes ascende a cerca de 39,01% do total orçamentado, destacando pela sua importância relativa, os impostos diretos (IMI e IMT) com taxas de execução de respetivamente 48,75% e 42,83% e correspondentes a cobranças líquidas de respetivamente 4.588.673 euros e 4.277.639 euros, as taxas, multas e outras penalidades com uma taxa de execução de 63,7%, correspondente a uma cobrança líquida de 676.237 euros.

Em síntese, verifica-se uma substancial melhoria nos níveis de execução da receita corrente quando comparados com o período homólogo do ano anterior.

#### **Receitas de Capital**

O nível de execução ascende a cerca de 20,90%, referente a transferências de capital. Quanto ao nível de execução total da receita (correntes e capital) verificou-se uma taxa de execução de 52,88%, correspondente à receita cobrada total de 29.363.562 euros face à orçamentada global de 52.271.614 euros.

### **Despesas**

#### **Despesas Correntes**

O nível de execução das despesas correntes ascende a cerca de 36,63%, com um total de despesas pagas de 12.443.558 euros face a um total orçamentado de 33.967.299 euros, destacando pela sua importância absoluta, com um total pago de 6.212.283 euros referente a aquisição de bens e serviços, com uma taxa de execução de 32,52%, as

*transferências correntes* com um total pago de 2.136.507 euros e correspondente a uma taxa de execução de 43.85% e as *despesas com pessoal*, com um total pago de 4.029.166 euros correspondente a uma taxa de execução de 41%.

Em síntese, verificou-se uma melhoria da taxa de execução orçamental das despesas correntes em todas as rubricas mencionadas.

### **Despesas de Capital**

O nível de execução ascende cerca de 15%. De registar o nível de execução orçamental, com cerca de 10,3% nas rubricas *construções diversas* com 545.096 euros investidos, *instalação desportivas e recreativas* com cerca de 22,6% com 407.456 euros investidas e a rubrica *equipamento básico* com cerca de 31,2% com 530.865 euros investidas.

Quanto ao nível de execução total de despesa (corrente e capital) verificou-se uma taxa de execução de 29%, taxa esta superior à do período homólogo do ano anterior em cerca de 8 pontos percentuais.

Verificou-se neste período um grau de cumprimento ao nível de execução da receita muito superior ao da despesa em cerca de 23%, face aos seus valores orçamentados, o que nos permite concluir da consistente continuidade do reforço do equilíbrio financeiro do Município apesar dos constrangimentos ainda provocados pela Pandemia COVID-19.

18 de outubro de 2021

  
Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041

